



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 69, DE 2012

(nº 367/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Os méritos do Senhor Affonso Emilio de Alencastro Massot que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante, iniciando com uma grande letra 'A'.

Brasília, 25 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

Brasília, 25 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT

CPF.: 380.374.167-04

ID.: 1818 MRE

1944 Filho de João Baptista de Alencastro Massot e Estesia Pessanha Massot, nasce em 9 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1965 CPCD - IRBr

1966 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1970 Pós-graduação sobre Comunidades Europeias do Instituto Internacional de Administração Pública, Paris e Bruxelas

1982 CAE, IRBr, Africa Meridional - Coordenação para a Independência Econômica e para o Desenvolvimento. Uma Nova Dimensão da Luta de Liberação

Cargos:

1967 Terceiro-Secretário

1970 Segundo-Secretário

1976 Primeiro-Secretário

1979 Conselheiro

1985 Ministro de Segunda Classe

1995 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1967-68 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente do Chefe

1968-70 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente do Chefe

1970-73 Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo-Secretário

1973-76 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário

1976-79 Embaixada em Nairobi, Primeiro-Secretário

1979-1981 Departamento da África, Ásia e Oceania, Assessor do Chefe

1980 Missão Especial precursora ao Zimbábue, Chefe de delegação

1981 Instituto Rio-Branco, Professor de Orientação Profissional

1981-85 Missão junto a ONU, Nova York, Conselheiro

1983 Reunião do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, (VII Relatório), Genebra, Chefe de delegação

1984 Representação Especial para Direitos Humanos em Nova York, Chefe do Escritório

1985-86 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático

1986-91 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro

1991-93 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral

1993-96 Departamento Consular e Jurídico, Chefe

1994 Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Portugal, Lisboa, Chefe de delegação

1994 Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Londres, Chefe de delegação

1994 Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com a França, Paris, Chefe de delegação

1994 Reunião para Negociação e Rubrica dos Acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Penal com a França, Paris, Chefe de delegação

1995 VII Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, Brasília, Chefe de delegação

1995 Reunião para Criação do Grupo Executivo para Documentação de Brasileiros no Paraguai, Assunção, Chefe de delegação

1995 Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Bolívia, Santa Cruz de La Sierra, Chefe de delegação

1995 Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais com a Argentina, Buenos Aires, Chefe de delegação

1996 Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais com o Uruguai, Montevideo, Chefe de delegação

1997 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete

1999 Embaixada na Haia, Embaixador

1999-03 Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), Haia, Representante Permanente

1999 Conselho da Corte Permanente de Arbitragem, Haia, Membro

1999 XV a XXXI Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação (1999 a 2003)

1999 IV a VII Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe da delegação (1999 a 2003)

2001 1ª Conferência Especial dos Estados Partes da CEPAQ, Haia, Chefe da delegação

2001 Conferência de Direito Internacional Privado, Haia, Representante Permanente

2003-08 Embaixada em Praga, Embaixador

2008-10 Embaixada em Atenas, Embaixador

2010 Embaixador Extraordinário para Assuntos Migratórios

2011- Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo

Condecorações:

1986 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Grande Oficial

1996 Legion d'Honneur, França, Comendador

1997 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz

1997 Ordem de São Miguel e São Jorge, Grã-Bretanha, KCMG

1998 Ordem de Rio Branco, Brasil, promoção a Grã-Cruz

1998 Ordem del Libertador San Martin, Argentina, Grã-Cruz

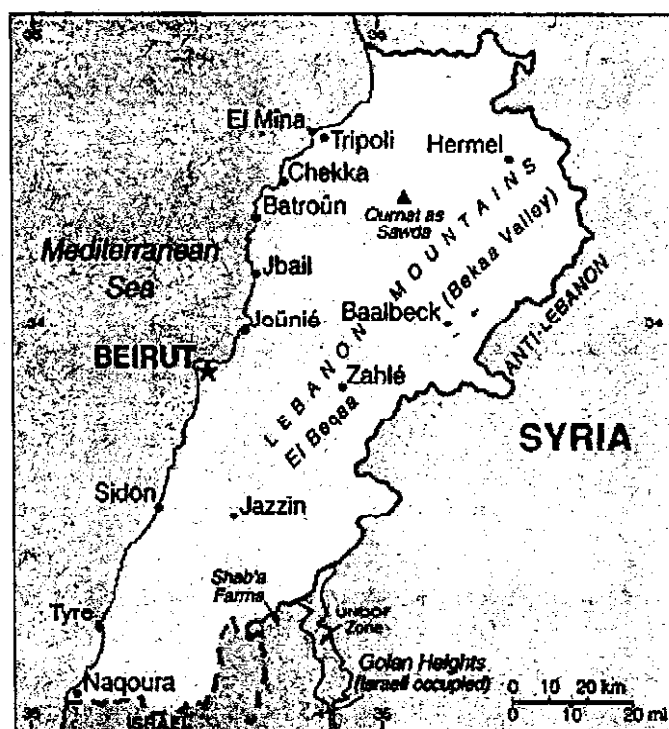
2003 Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Grã-Cruz

2010 Ordem da Fênix, Grécia, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA LIBANESA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

Índice

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	8
Comunidade Brasileira no Líbano	10
Cooperação Bilateral	11
ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR	12
POLÍTICA INTERNA	14
Principais Temas da Política Libanesa	17
POLÍTICA EXTERNA	21
ANEXOS	27
Cronologia Histórica	27
Cronologia das Relações Bilaterais	28
Acordos Bilaterais	30
Principais Indicadores	32

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Libanesa
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km²
POPULAÇÃO (estimativa 2011)	4,3 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	59,7% muçulmanos (xiitas, sunitas, drusos e outros), 39% cristãos (maronitas, gregos-ortodoxos e outros), 1,3% outros¹
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista de cunho confessional
CHEFE DE ESTADO	General Michel Sleiman (cristão maronita)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Najib Mikati (muçulmano sunita)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Adnan Mansur (muçulmano xiita)
PIB (2011²)	US\$ 39,039 bilhões
PIB PER CAPITA (2011)	US\$ 9.862
PIB PPP (2011)	US\$ 61,444 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2011)	US\$ 15.522
UNIDADE MONETÁRIA	Libra Libanesa (LBP)
CHEFE DA EMBAIXADA DO LÍBANO NO BRASIL	Secretário Jimmy Douaihy, Encarregado de Negócios, a. i.
EMBAIXADOR DO BRASIL NO LÍBANO	Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)³

Brasil ⇌ Líbano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-mar)
Intercâmbio	100	129,8	185,2	240,9	327,3	312	245	305,2	67,7
Exportações	89,8	124,3	178,5	226	273,8	310,6	243,3	303,2	67,3
Importações	10,2	5,5	6,7	14,9	53,5	1,4	1,7	2,018	0,4
Saldo	79,6	118,8	171,8	211,1	220,3	309,2	241,6	301,2	66,9

¹ Fonte: CIA World Factbook, April 2012.

² Fonte: Dados econômicos – Fundo Monetário Internacional – World Economic Outlook Database, April 2012.

³ Fonte: SECEX/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Michel Sleiman
Presidente da República
(*Amchit*, 1948)

Cristão maronita, formou-se segundo-tenente pela Academia Militar libanesa em 1970. Graduou-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade Libanesa em 1980. Comandante do Exército libanês de 1998 a 2008, Sleiman é considerado líder forte e figura unificadora no atual contexto político local.

Tradicionalmente pró-Síria, no conturbado período compreendido entre o assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafiq Hariri e a sua posse como Presidente (2005-2008), Sleiman empregou sua liderança à frente do Exército na proteção da democracia libanesa. Foi peça-chave no processo que culminou com o fim da ocupação síria, em 2005. Sua reputação cresceu quando se recusou a empregar as forças sob o seu comando na dispersão de grande demonstração popular antissíria, ocorrida dias após o assassinato de Hariri.

Com a sua liderança, o Exército libanês logrou acalmar a violência sectária no país e passou a atuar em tradicionais redutos do Hezbollah, angariando aprovação recorde por parte da população. A atuação do Exército nesse período, principalmente com o combate à milícia Fatah Al-Islam, transformou o General Sleiman em figura política com envergadura para aspirar à Presidência do país.

Em maio de 2008, decisões controversas do Conselho de Ministros desencadeiam escalada de violência e radicalização da oposição armada, levadas a termo com solução de compromisso adotada em Doha. Graças ao Acordo de Doha, Sleiman sagrou-se Presidente e distendeu o fragmentado cenário político libanês.

Sleiman visitou o Brasil em 2010 quando se avistou com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o Senhor Vice-Presidente da República, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados.

Najib Miqati
Primeiro-Ministro
(*Trípoli, 1955*)

Empresário e político, Miqati, muçulmano sunita, é graduado pela Universidade Americana de Beirute (AUB). Kursou mestrado em Administração de Negócios, também na AUB. É cofundador da M1 Group, “holding” familiar com interesses em diversos setores, como telecomunicações, mercado imobiliário, financiamento de aeronaves, moda e energia.

Em 2000, foi eleito deputado por Trípoli, no norte do Líbano. Em abril de 2005, foi designado pelo Presidente Emile Lahoud para o cargo de Primeiro-Ministro, sucedendo a Omar Karame, que se viu forçado a deixar a chefia de Governo na esteira dos protestos que se seguiram ao atentado que vitimou o ex-Premiê Rafiq Hariri.

Ocupou, então, o cargo de Primeiro-Ministro por noventa dias, período durante o qual acompanhou as primeiras investigações locais e internacionais sobre o assassinato de Hariri e organizou as eleições parlamentares de maio de 2005, que resultaram na vitória da coalizão do “14 de março”. Em janeiro de 2011, após a renúncia de onze Ministros da oposição que levou à queda do Gabinete de Sa’ad Hariri, Najib Miqati foi designado Primeiro-Ministro e formou novo Governo em junho.

Miqati esteve em Brasília em 2005, como chefe da delegação libanesa à I Cúpula América do Sul-Países Árabes.

Adnan Mansur
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados
(*Borj El-Barajné, 1946*)

Muçulmano xiita, Adnan Mansour, Doutor em Ciências Políticas, formou-se em Ciências Administrativas e Políticas pela Université Saint-Joseph, em Beirute. Diplomata de carreira desde 1974, serviu em Cartum, Atenas, Melbourne e Alexandria.

Foi Embaixador em Kinshasa (1990-1994) e em Teerã (1999-2007). Entre 2007 e 2010, foi Embaixador na Bélgica e em Luxemburgo, além de Chefe da Missão libanesa junto às Comunidades Europeias e Coordenador do Líbano na União para o Mediterrâneo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações políticas e encontros entre altas autoridades

O relacionamento político bilateral tem sido correto e cordial, desprovido de contenciosos de qualquer natureza. As relações diplomáticas remontam a 1920, ano em que o Brasil instalou Consulado em Beirute. Os primeiros contatos datam do século XIX, quando D. Pedro II realizou visita de caráter privado ao Oriente Médio, em 1876, passando diversas cidades do Líbano.

Em 1944, o Governo brasileiro reconheceu a independência do Líbano e, em 1946, acreditou Ministro Plenipotenciário junto ao Governo libanês. O primeiro mandatário libanês a vir ao Brasil foi o Presidente Camille Chamoun, em 1954. Nessa ocasião, a Legação libanesa foi elevada à categoria de Embaixada.

Devido à numerosa comunidade de libaneses e descendentes instalada no Brasil, é prática dos Chefes de Estado do Líbano visitar o País. Em 1997, foi a vez do Presidente Elias Hraoui, acompanhado de numerosa comitiva, em périplo que contemplou Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Foz do Iguaçu e Fortaleza.

O ex-Primeiro Ministro Rafiq Hariri visitou o Brasil em duas ocasiões, em 1995 e 2003, acompanhado de numerosa comitiva governamental e empresarial. O Presidente Emile Lahoud, antecessor do atual Presidente, também visitou oficialmente o Brasil, em 2004. Em novembro de 2005, o então Deputado e posteriormente Primeiro-Ministro Saad Hariri (filho de Rafik Hariri) visitou Brasília, São Paulo e Foz do Iguaçu, tendo sido recebido, na ocasião, pelo Senhor Presidente da República e pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Em dezembro de 2003, ainda em seu primeiro ano de mandato, o Presidente Lula realizou histórica visita ao Líbano. Acompanhado do Ministro Celso Amorim, o Presidente da República avistou-se com seu homólogo, Emile Lahoud, com o Primeiro Ministro Rafiq Hariri, e com Nabih Berry, Presidente da Assembleia Nacional Libanesa, onde o Presidente Lula proferiu discurso em sessão plenária, antes de se encontrar com representantes da comunidade brasileira no Líbano.

Após a viagem do Presidente Lula, o então Chanceler Celso Amorim voltaria ao Líbano em duas ocasiões: em fevereiro de 2005 e agosto de 2006. Nesta última ocasião, o Ministro de Estado foi a segunda autoridade estrangeira a chegar ao Líbano após o final das hostilidades com Israel, dois dias após o cessar-fogo estabelecido pela Resolução 1701 (2006).

Em setembro de 2008, os Presidentes Lula e Sleiman encontraram-se em Nova York, à margem da 63ª AGNU, ocasião em que o Chefe de Estado libanês foi convidado a visitar o Brasil. Voltaram a se avistar em março de 2009, em Doha, por ocasião da II Cúpula ASPA, quando Sleiman manifestou interesse em atender ao convite do Presidente brasileiro.

Entre os dias 21 e 26 de abril de 2010, o Presidente Sleiman, realizou visita de Estado ao Brasil. Sua vinda coincidiu com as comemorações dos 130 anos da imigração árabe para o Brasil. Em Brasília, o Presidente libanês manteve reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi recebido pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a agenda do Presidente Sleiman contemplou encontros com autoridades locais e com representantes da comunidade libanesa.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores manteve reunião com o Ministro de Negócios Estrangeiros do Líbano, Adnan Mansur, em 24 de setembro de 2011, à margem da 66ª AGNU. Os principais temas discutidos consistiram no pedido palestino de admissão nas Nações Unidas e a situação na Síria. Mansur sublinhou a credibilidade que o Brasil possui junto ao mundo árabe, inclusive em razão do apoio ao pleito palestino por reconhecimento internacional e admissão nas Nações Unidas. Comentou os laços que unem o Brasil à região, em particular a numerosa população brasileira de origem libanesa e síria. Acrescentou, ainda, que o Brasil desempenha papel político e econômico fundamental e preponderante no mundo. O Senhor Ministro de Estado realçou o desejo brasileiro de aprofundar as relações econômicas com o mundo árabe e destacou as oportunidades abertas pela cúpula ASPA e a intensificação de rotas aéreas diretas entre o Brasil e países do Oriente Médio.

O Vice-Presidente Michel Temer, acompanhado de comitiva de parlamentares e empresários, cumpriu extenso programa de contatos durante sua visita ao Líbano, de 18 a 22 de novembro de 2011, ocasião na qual participaram de aproximadamente 15 eventos, entre os quais inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano, a cerimônia de recebimento da Fragata “União” e o desfile militar em comemoração da Data de Independência libanesa. Encontrou-se com as mais altas autoridades libanesas, entre elas o Presidente Michel Sleiman, o Primeiro-Ministro Nagib Mikati e o Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Nabih Berry. A extensa e diversificada programação realizada e a importância atribuída pelas autoridades libanesas à visita do Senhor VPR atestam o importante papel que o Brasil vem desempenhando no Oriente Médio, ao ser interlocutor reconhecido e apreciado por sua isenção e verdadeiro interesse na pacificação regional. O envio de fragata para compor o componente marítimo da UNIFIL, o convite para participar da Parada Nacional por ocasião da Data Nacional do Líbano como convidado de

honra, os encontros com as mais altas autoridades libanesas e a inauguração do primeiro Centro Cultural no exterior durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff são testemunhas da vontade dos dois países de estreitarem ainda mais seus laços históricos.

O Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, realizou visita ao Líbano de 19 a 21 de maio. Na ocasião, integrou as cerimônias organizadas pelo Contra-Almirante Wagner Zamith (Comandante da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL) para marcar a substituição, da fragata "União" pela "Liberal", como nau-capitã da força. Manteve encontros com o Presidente da República, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados e com o Comandante do Exército, General Jean Kahwaji; com o Ministro da Defesa Fayez Ghosn; e com o Presidente do Parlamento, Nabih Berry. Entre os assuntos tratados durante os encontros estiveram a possibilidade de adensamento da cooperação militar e de criação de Adidância em Beirute, e as possíveis visitas ao Brasil do Ministro da Defesa, ao Comandante do Exército; e reiterado convite para que a Presidenta Dilma Rousseff visite o Líbano.

Comunidade libanesa no Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, expressiva quantidade de libaneses (então sob o domínio otomano) emigrou para o Brasil. Hoje, encontra-se no Brasil a mais numerosa comunidade de origem libanesa em todo o mundo, estimada entre 7 e 10 milhões de pessoas.

Além do serviço consular de sua Embaixada em Brasília, a República Libanesa mantém dois Consulados-Gerais no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) e dois consulados honorários, em Curitiba e Porto Alegre.

COMUNIDADE BRASILEIRA NO LÍBANO

A comunidade no Líbano é estimada em cerca de 10 mil brasileiros, em sua maioria descendentes de libaneses que emigraram para o Brasil ao longo do século XX. A grande maioria está bem integrada à sociedade libanesa e domina o idioma árabe. Segundo estudiosos da comunidade estabelecida no Líbano, o número de brasileiros sem a dupla cidadania equivaleria a, no máximo, cerca de duas centenas, grupo este composto por cônjuges de nacionais libaneses e alguns funcionários de empresas multinacionais e/ou funcionários de organismos internacionais.

Embora os brasileiros se encontrem distribuídos em quase todo o território libanês, a maioria dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (leste do país) e está empregada nos setores agrícola e de serviços. Destacam-se, nesse sentido, os diversos consulados itinerantes

realizados nessa área e que têm como objetivo levar à comunidade brasileira, que não pode se deslocar até Beirute, os serviços consulares.

A rede consular brasileira no Líbano consiste no Consulado-Geral do Brasil em Beirute, inaugurado em fevereiro de 2006, com jurisdição consular sobre todo o território. No momento, o Consulado-Honorário do Brasil em Kab Elias (no Vale do Bekaa) está em fase de instalação. A Cônsul-Honorária designada, Sra. Siham Harati, é membro do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE).

As principais questões consulares envolvem abdução de menores brasileiros, frutos de relacionamentos entre brasileiras e libaneses, pelos seus genitores oriundos do Líbano. Essas questões são acompanhadas e apoiadas pelo Consulado-Geral em Beirute.

Em novembro de 2009, foi criado o Conselho de Cidadãos Brasileiros no Líbano, responsável pela formulação de diversas iniciativas culturais e educacionais que beneficiam a comunidade nacional naquele país, destacando-se o Projeto Alecrim, que visa a manter as crianças brasileiras em contato com a língua portuguesa e com elementos do folclore brasileiro.

Evacuação de brasileiros do Líbano em 2006

No curso do conflito entre Israel e as forças do Hezbollah, em julho/agosto de 2006, o Governo brasileiro, que apoiou todas as iniciativas diplomáticas para a obtenção de cessar-fogo, viu-se obrigado a planejar e executar, em caráter emergencial, ampla operação de evacuação de nacionais brasileiros do Líbano. Essa operação possibilitou a retirada exitosa das zonas de conflito no Líbano de aproximadamente 4.510 brasileiros, além de nacionais de outros países da América Latina. O conflito, além de destruir parte significativa da infraestrutura do sul do Líbano, resultou na morte de mais de mil libaneses e nove brasileiros, entre eles três crianças.

Em 15 de agosto de 2006, apenas dois dias após a entrada em vigor do cessar-fogo, o então Ministro Celso Amorim realizou visita a Beirute, a fim de transmitir a solidariedade brasileira ao Governo e ao povo do Líbano e reiterar o compromisso do Brasil de participar do esforço da comunidade internacional para a reconstrução do país. Nessa ocasião, foram doados pelo Governo brasileiro medicamentos para o atendimento de necessidades emergenciais.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Cooperação militar

Em junho de 2011, foi formulada proposta de criação de uma adidância militar em Beirute. O objetivo é atender a solicitações do Governo libanês para a colaboração no sentido de fortalecer as Forças Armadas locais. Representaria mais uma demonstração da disposição do Brasil em contribuir para a consolidação do Estado libanês, no contexto da liderança brasileira na UNIFIL e do crescente envolvimento do país nas questões sobre o Oriente Médio. Eventual criação de adidância permitiria vislumbrar possibilidades de cooperação na área científica e tecnológica da defesa, mormente em engenharia e armamentos leves, podendo o Líbano vir a se constituir em interessante mercado regional para a indústria brasileira de defesa. Até o presente, não houve decisão sobre o estabelecimento da adidância.

A Marinha libanesa tem manifestado interesse em adquirir lanchas e navios-patrolha da empresa brasileira ENGEPRON, para patrulhamento de águas territoriais, como parte de estratégia ampla de renovação da força marítima libanesa. O tema da segurança marítima tem ganhado realce no Líbano com a descoberta de reservas de gás e petróleo em sua zona econômica exclusiva. O Líbano, em grande medida dependente do auxílio estrangeiro para aparelhar suas forças armadas, tem buscado diversificar seus parceiros e fornecedores de meios militares, com vistas a superar limitações impostas pelas peculiaridades políticas regionais e internas.

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

O Líbano possui território de 10.452 km², com cerca de 4,3 milhões de habitantes e PIB de US\$ 39 bilhões e com crescimento da renda nacional da ordem 8,5% em 2009, 7% em 2010 e 1,5% (estimativa) em 2011. Trata-se de um país de modestas dimensões, de economia majoritariamente terciária, importador por excelência, com déficit crônico da balança comercial, compensado por superávits na conta capital e financeira, que resultam tradicionalmente em superávits no balanço de pagamentos. A economia local tem-se mostrado resistente aos impactos da crise financeira de 2008/2009, com crescimentos significativos em 2009 e 2010, mas a instabilidade política regional, principalmente a crise Síria, pode afetar o delicado equilíbrio de forças da política libanesa, fundamental para a prosperidade de sua economia.

O volume das importações totais do Líbano atingiu US\$ 20,2 bilhões em 2011, valor 12,2% superior ao de 2010. O aumento deveu-se principalmente ao maior preço internacional do petróleo (o Líbano depende

das importações para quase todo seu consumo de energia). As receitas de exportação, em 2011, somaram US\$ 4,27 bilhões, um crescimento de apenas 0,3% em relação a 2010, o que resultou em expressivo déficit comercial de US\$ 15,9 bilhões.

A relações comerciais entre Brasil e Líbano são condicionadas pelas dimensões do mercado libanês e pela tendência importadora de sua economia. O Brasil é tradicionalmente superavitário no intercâmbio bilateral. Em 2011, as exportações brasileiras somaram US\$ 303 milhões, ao passo que as exportações libanesas atingiram a cifra de US\$ 2 milhões, proporcionando ao Brasil um superávit de US\$ 301 milhões (cerca de 98,7% da corrente total de comércio).

Entre 2004 e 2011, as exportações brasileiras cresceram 339%. O total do intercâmbio bilateral mais do que triplicou no mesmo período, crescendo de US\$ 100 milhões em 2004 para US\$ 305 milhões em 2011. As exportações brasileiras para o Líbano continuam a ter pouca expressividade relativa na participação das exportações brasileiras para o Oriente Médio – representam não mais do que 2% do total.

Os principais produtos brasileiros exportados para Líbano são café não torrado (NCM 09011110), carnes desossadas de bovino (NCM 02013000) e gado vivo (NCM 01029000). O Líbano exporta principalmente “preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas” (NCM 20081900) e monofilamentos de plásticos (NCM 39169010). O Líbano é um dos principais compradores mundiais de alguns produtos brasileiros: segundo maior comprador de gado em pé, décimo maior comprador de carne bovina “in natura” e terceiro maior comprador de castanha de caju.

Segundo dados do Banco Central, os investimentos libaneses no Brasil (Investimento Estrangeiro Direto – IED) somaram US\$ 2,22 milhões em 2007, US\$ 3,49 milhões em 2008 e US\$ 0,7 milhão em 2009. O Banco Central não possui registro de investimentos diretos brasileiros no Líbano. Ao menos três empresas brasileiras, no entanto, estão presentes naquele país: a fabricante de sapatos Dumond, do grupo Paquetá, e os frigoríficos Sadia e Minerva, que mantêm representantes comerciais em Beirute. A Embaixada do Brasil em Beirute identificou os seguintes setores como promissores para investimentos brasileiros: energia elétrica, petróleo e gás (prospecção e exploração), construção civil e agroalimentar.

À luz das recentes descobertas de jazidas de hidrocarbonetos na Bacia do Levante, empresas brasileiras como a Petrobrás mostraram-se interessadas no setor de petróleo e gás libanês. Esteve em Beirute, em março de 2012, missão de alto nível da Petrobrás, com o objetivo de dar seguimento às análises de viabilidade técnico-econômica dos potenciais investimentos no mar territorial libanês. Recorde-se que a área onde

residiriam as jazidas de gás ainda está em litígio entre Líbano, Israel e Chipre.

De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, não há registro de crédito oficial brasileiro para tomador soberano do Líbano.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos e financiamentos oficiais entre o Brasil e o Líbano.

POLÍTICA INTERNA

Evolução histórica

Desde sua independência, em 1943, o Líbano reflete, no quadro político-institucional, a diversidade religiosa de sua população. No país, o sectarismo define não apenas a composição do Parlamento, mas também a indicação de seus principais mandatários: O Presidente da República deve ser cristão maronita, o Primeiro-Ministro, muçulmano sunita, e o Presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita.

Em razão da aplicação do critério confessional na definição dos principais cargos públicos libaneses, a apuração da efetiva composição demográfica do país é tema de extrema sensibilidade. Desde a independência, nenhum censo foi realizado no país — o mais recente data de 1932, quando a população libanesa, de acordo com o levantamento, era composta por 54% de cristãos (aproximadamente a metade deles constituída de maronitas) e 46% de muçulmanos (divididos, quase que igualmente, entre sunitas e xiitas, destacando-se, dentre as minorias, os drusos). Além do fator demográfico, a primazia dos maronitas no cenário econômico-social libanês, à época, foi elemento determinante para a concessão de privilégios aos cristãos na conformação do quadro político.

A subrepresentação da comunidade muçulmana na política interna foi uma das principais razões da eclosão da Guerra Civil libanesa — fruto, também, da desestabilização promovida pelo influxo ao Líbano de milhares de integrantes da OLP e de outros grupos palestinos, expulsos da Jordânia no episódio conhecido como “Setembro Negro” (1970). A Guerra assolou o país por 15 anos (1975 a 1990), opondo cristãos a muçulmanos e as facções internas de cada uma das confissões entre si.

Ao final da Guerra Civil, em 1989, os Acordos de Taef levaram à reestruturação do Estado libanês, mantendo, no entanto, o caráter confessional da política interna: a proporção entre cristãos e muçulmanos na Assembléia Nacional passou a ser paritária, extinguiram-se quotas confessionais em diversos órgãos do serviço público e reduziram-se os poderes do Presidente da República (cristão), em proveito das atribuições do Primeiro-Ministro e do Presidente da Assembléia Nacional (muçulmanos sunita e xiita, respectivamente). Previu-se, ainda, o desarmamento de todas as milícias libanesas — ditame que o Hezbollah, que assumia o protagonismo da representação xiita no Líbano, não respeitou, sob o argumento de que é uma “força de resistência” a Israel.

Especula-se que, hoje, cerca de dois terços da população libanesa professam o islamismo (a maioria pertenceria à vertente xiita), enquanto o terço restante professa o cristianismo, em diversos ritos (maronita, grego-ortodoxo, grego-católico, armênio-ortodoxo, armênio-católico). Dentre as minorias religiosas, a comunidade drusa merece menção. Ademais, vivem em território libanês na condição de refugiados aproximadamente 427 mil palestinos.

Antecedentes

Em setembro de 2004, o Parlamento libanês aprovou a adoção de emenda à Constituição, permitindo a continuidade de Emile Lahoud, político pró-sírio, na Presidência da República. Na ocasião, o então Primeiro-Ministro Rafiq Hariri desgastou-se enormemente opondo-se à iniciativa, o que levou a sua renúncia, no mês seguinte. Em fevereiro de 2005, o ex-Premiê foi assassinado, junto com 22 pessoas, em ataque perpetrado contra seu veículo.

O assassinato do ex-Primeiro-Ministro e as suspeitas de participação da Síria no atentado deram vazio a intensa comoção popular no Líbano. A chamada “Revolução do Cedro” culminou com a retirada das tropas sírias do país. Rafiq Hariri, muçulmano sunita e líder do Partido Futuro, era um dos políticos mais importantes do país e talvez o principal responsável pela estabilização do Líbano — foi um dos patrocinadores de Taef — e pela reconstrução de Beirute, a cargo da empresa Solidère, de sua propriedade.

Com o fim da presença síria no Líbano, houve um realinhamento das forças políticas em duas coalizões: a “8 de março” (favorável à Síria e próxima do Irã) e a “14 de março” (pró-ocidental e mais ligada à Arábia Saudita). A coalizão “14 de março”, liderada pelo Movimento Futuro, agremiação política de Saad Hariri (filho de Rafiq), saiu vitoriosa nas eleições legislativas de 2005. Após o resultado eleitoral, tiveram início manifestações políticas e populares em Beirute, capitaneadas pelo “8 de março”. Com o passar dos meses, houve acirramento da situação, gerando

o bloqueio da sucessão presidencial: o mandato de Émile Lahoud chegava ao fim em novembro de 2007. A situação conduziu o Líbano à iminência de nova guerra civil.

Por sua vez, o Hezbollah, membro da oposição no Conselho de Ministros, estava descontente com o papel que lhe cabia. Também contrariou o Partido de Deus a decisão do Governo de dismantelar sua rede de telecomunicações clandestina e de restringir o controle que exercia sobre o aeroporto de Beirute, com o apoio do Amal (também xiita) e do Movimento Patriótico Livre, do General Michel Aoun (cristão). O Hezbollah voltou suas armas em direção a Beirute, em maio de 2008, confrontando os governistas do Movimento Futuro (sunita) e do Partido Socialista Progressista (druso).

O Acordo de Doha de 21 de maio de 2008, assinado pelas principais facções libanesas, evitou que o dissenso político e os choques armados viessem a se converter em uma nova guerra civil. O acordo pode ser considerado uma vitória do Hezbollah, que demonstrou incontestável superioridade militar no curso das escaramuças armadas. O Partido de Deus conseguiu que a oposição obtivesse o chamado “terço de bloqueio” no Conselho de Ministros (11 das 30 cadeiras) além de manter suas armas, sua rede particular de comunicações e a ingerência sobre o aeroporto de Beirute. O Acordo de Doha permitiu, ademais, que o General Michel Sleiman, nome de consenso, assumisse a Presidência do Líbano.

As eleições legislativas de 2009 contemplaram nova vitória da coalizão “14 de Março”. Incumbido pelo Presidente Sleiman de formar o novo Governo do país, Saad Hariri encontrou grandes dificuldades para estabelecer um Governo de União Nacional que contemplasse também a oposição. Após meses de negociações, acordou-se que o Conselho de Ministro seria composto pela fórmula “15+10+5” (quinze Ministros do “14 de março”, dez Ministros do “8 de março” e cinco Ministros indicados pelo Presidente), chegando-se a um acordo entre os dois principais blocos políticos libaneses. Saad Hariri assumiu a Chefia de Governo do Líbano em novembro de 2009.

Cenário atual

Em janeiro de 2011, a renúncia de dez ministros da coalizão “8 de Março” e a do Ministro Adnan Sayyed Hussein, que havia sido nomeado pelo Presidente Michel Sleiman, levou à queda do Governo de Saad Hariri. Segundo a Constituição libanesa, uma das circunstâncias previstas para a dissolução do Governo ocorre quando mais de um terço do Conselho de Ministros afasta-se do cargo. A justificativa para as renúncias consistiu no trabalho do Tribunal Especial para o Líbano que, se especulava (com razão,

como seria confirmado meses depois), denunciaria indivíduos ligados ao Hezbollah pelo atentado que vitimou o Rafiq Hariri.

Em 25 de janeiro, após dois dias de consultas parlamentares, o Presidente Michel Sleiman designou o sunita Najib Mikati para formar novo Governo. O Primeiro-Ministro designado venceu por 68 votos a 60 a disputa contra Saad Hariri. O resultado das consultas representou um fortalecimento dos xiitas e de seus aliados do “8 de março”, em detrimento dos sunitas e do “14 de março”, alterando o jogo político libanês.

Após meses de difíceis negociações, foi anunciada, em 13 de junho de 2011, a composição do novo Gabinete, formado por trinta ministros, inclusive os nomes do Primeiro-Ministro e do Vice-Primeiro-Ministro. Como prevê a Constituição, muçulmanos e cristãos dividem, paritariamente, os ministérios.

O voto de confiança, concedido pela Assembleia Nacional em 7 de julho, e a aprovação da Declaração Ministerial foram obtidos após três dias de acalorados debates, em que o Tribunal Especial para o Líbano (STL) figurou como principal tema.

PRINCIPAIS TEMAS DA POLÍTICA LIBANESA

Tribunal Especial para o Líbano

O Tribunal Especial para o Líbano (STL, na sigla em inglês) foi criado pela Resolução 1757 (2007) do CSNU, para investigar e processar, ao amparo da lei libanesa, os responsáveis pelo assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafiq Hariri. O Tribunal iniciou seus trabalhos em março de 2009. Em 30/6/2011, o STL expediu mandados de prisão de quatro acusados vinculadas ao Hezbollah. Embora crítico da atuação do STL e determinado a impedir a prisão dos indiciados (obrigação legal do Estado libanês), o Partido de Deus não tem tomado atitudes para desestabilizar o país.

O Tribunal teve seu mandato renovado por três anos, a partir de 1/3/2012, por troca de cartas entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente do Conselho de Segurança (documentos S/2012/101 e S/2012/102). Em princípio de março, foi também indicado um novo promotor, o canadense Norman Farrell.

Embora a habilidade política do Primeiro-Ministro Mikati tenha permitido a superação das mais recentes crises relativas ao Tribunal (como a dívida já saldada de US\$ 33 milhões do governo libanês), o tema é ainda potencialmente controverso e pode ser parte de novas crises políticas no Líbano.

Diálogo nacional

Em 2006, por iniciativa do Presidente do Parlamento libanês, Nabih Berri, instalou-se no país o chamado “Diálogo Nacional”, instância supra-parlamentar de discussão congregando representantes de todas as correntes políticas e confessionais do Líbano, com vistas a debater os principais temas do cenário político interno e externo do país.

O Diálogo Nacional teve grande relevo por se tratar da primeira oportunidade, desde a eclosão da guerra civil libanesa, em 1975, de reunião das principais forças políticas libanesas, em seu território, sem pressões ou tutelas externas. Em fevereiro de 2010, o Presidente Sleiman anunciou nova composição da mesa do fórum, ampliando de 14 para 19 o número de participantes.

Desarmamento e desmobilização das milícias

Trata-se de exigência reiterada pela Resolução 1701 (2006) e de difícil exeqüibilidade, diante das incertezas do quadro político doméstico e regional. Esse tema está sendo considerado no âmbito do Diálogo Nacional, tanto na sua vertente palestina, quanto na dos grupos libaneses.

No caso dos palestinos, os campos de refugiados, exceto o de Nahr el-Bared, operam como enclaves autônomos dentro do Líbano, fora da jurisdição libanesa e, conseqüentemente, fora do alcance do aparato de segurança do país. Reconhecendo suas limitações, o Diálogo Nacional propôs que seja vedado aos grupos palestinos portar armas fora dos campos e que, dentro deles, suas lideranças velem pelo controle do armamento em circulação, mantenham a ordem e a lei, assim como ajudem as autoridades libanesas no combate ao crime organizado e ao terrorismo.

No caso dos grupos político-religiosos, todos contam com milícias, com graus diferentes de treinamento e equipamento. O Governo libanês entende que o Hezbollah (cuja capacidade bélica supera a das Forças Armadas Libanesas) integra as “forças de resistência”, empenhadas em recuperar os territórios ocupados por Israel (as fazendas de Sheba’a e a parte norte do vilarejo de Ghajar).

O Diálogo Nacional está a braços com o desafio de articular uma política de defesa que abarque os três componentes responsáveis pela preservação da soberania, independência e integridade territorial do país (Forças Armadas, Resistência e População). As posições estão, entretanto, polarizadas, inviabilizando avanços na matéria: enquanto o “8 de março” defende a coexistência e coordenação entre o Exército e o Hezbollah, sem subordinação entre ambos, o “14 de março” advoga a integração do Hezbollah no Exército e sua subordinação ao Estado libanês.

Extensão da autoridade estatal sobre todo o território nacional

A busca da extensão da autoridade libanesa sobre seu território encontra-se em progresso, no ritmo possível. No Líbano, predominam o sectarismo e o regionalismo, em detrimento do Governo central. A lealdade dos indivíduos é devida mais aos respectivos grupos e poderes locais do que ao Estado propriamente dito, o que dificulta a extensão da autoridade estatal para além de presença de tropas do Exército no terreno.

As autoridades civis, policiais e militares estão-se firmando, gradualmente, por meio de um processo de amadurecimento da identidade libanesa. Finalmente, a ausência de demarcação da fronteira com Israel e Síria, além da presença dos campos de refugiados e das bases palestinas na zona contígua à Síria, gera áreas nebulosas para o exercício da soberania.

Os temas das Fazendas de Sheba'a (22km²) e da porção norte da cidade de Ghajar tornaram-se dois dos mais conhecidos microconflitos dos quais se alimenta a tensão entre Líbano, Síria e Israel, com implicações sobre a extensão da autoridade estatal libanesa. A avaliação geral é de que a chave para a superação das controvérsias reside em Damasco, já que a Síria teria argumentos históricos para reivindicar os territórios em disputa.

Definição de fronteiras reconhecidas internacionalmente

Existe boa base de documentação para determinar o traçado da fronteira de 79km entre Líbano e Israel. Contudo, o Governo libanês condiciona a demarcação no terreno à celebração de um acordo de paz, no contexto de um acordo geral de paz entre Israel e seus vizinhos. A negociação bilateral é descartada por Beirute, embora seja algo desejado por Israel e pelos EUA. A avaliação local é que a "Primavera Árabe" deverá levar ao poder Governos árabes mais próximos da aspiração popular hostil a Israel, isolando cada vez mais Governo israelense na região.

O traçado de fronteira entre Líbano e Síria (de 375km) é mais complexo. No seguimento do estabelecimento de relações diplomáticas em 2008, os Governos criaram uma Comissão bilateral, que ainda não se reuniu.

Refugiados palestinos

A questão dos refugiados palestinos em território libanês — muitos deles há mais de 60 anos — é um dos principais problemas da política interna libanesa. Destacam-se três grandes levas de palestinos para o país: a) logo após a criação do Estado de Israel, em 1948; b) após a Guerra dos Seis Dias, em 1967; e c) na sequência da confrontação armada que opôs o Exército jordaniano às forças palestinas, associadas à OLP, em 1970 ("Setembro Negro"). Segundo dados da UNRWA (Agência das Nações

Unidas para Refugiados Palestinos), existem, atualmente, cerca de 427.000 refugiados palestinos no país, distribuídos em doze campos.

Embora não reconheça a existência de Israel, o Líbano não admite conceder sua nacionalidade aos refugiados palestinos. Essa política fundamenta-se em duas premissas: a) a de preservar o direito de retorno do povo palestino às áreas que ocupavam antes da criação de Israel, em 1948, e b) a de impedir que o grande contingente de refugiados palestinos (cerca de 10% dos habitantes do Líbano, na sua maioria muçulmanos sunitas) altere a composição demográfica libanesa, com graves reflexos para a divisão do poder.

Os campos de refugiados palestinos, que estiveram no centro de alguns dos principais embates da guerra civil libanesa (entre eles, Sabra e Chatila), permanecem como foco de constante tensão. Para o Governo libanês, afora a ameaça de instabilidade interna, a presença de palestinos agregaria elementos de tensão nas relações com Israel.

Os palestinos, especialmente os das facções radicais e a FPLP-CG, têm estado envolvidos em lançamentos de foguetes do sul do Líbano contra o norte de Israel. As retaliações israelenses dão-se na forma de tiros de artilharia e na manutenção de voos de reconhecimento, gerando acaloradas trocas de ameaças entre os dirigentes dos dois países. Tel Aviv está consciente de que as autoridades libanesas não abonam os ataques de foguetes, mas as considera responsáveis pelas ocorrências, por partirem de território libanês.

UNIFIL

A UNIFIL (“United Nations Interim Force in Lebanon”) foi estabelecida pela Resolução 425 (1978) do CSNU. Seu mandato original previa a) a certificação da retirada de tropas de Israel do território do Líbano; b) a assistência ao Governo libanês no exercício da autoridade estatal em todo o território sujeito a sua jurisdição; e c) a garantia da paz e da segurança no sul do Líbano.

A Resolução 1701 (2006), adotada após a campanha militar israelense contra o sul do Líbano, acrescentou ao mandato da Missão, entre outros aspectos, os de apoiar as Forças Armadas libanesas e auxiliar o Governo em matéria de segurança das fronteiras, com vistas a evitar o ingresso ilegal de armas ou materiais correlatos. O Conselho de Segurança também decidiu criar uma Força-Tarefa Marítima (MTF) como parte da UNIFIL, em atendimento a solicitação do Governo libanês.

Desde fevereiro de 2011, o Brasil comanda a MTF, primeiro com o Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli e, desde fevereiro de 2012, com o Contra-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith, acompanhados de oficiais e praças brasileiros. Em atenção a solicitação das Nações Unidas, a

Senhora Presidenta da República decidiu contribuir com fragata com helicóptero embarcado e até trezentos militares. O Congresso Nacional autorizou o envio. A fragata União atracou no porto de Beirute em 15 de novembro. Em 19 de maio, a União será substituída pela Liberal, como contribuição brasileira à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL.

Soma-se a esse reforço militar a relevância das atribuições conferidas ao comandante brasileiro da MTF como ponto focal para as discussões entre Líbano e Israel sobre suas fronteiras marítimas. O exercício tem por objetivo estabelecer “medidas de segurança marítima” que visam a evitar a ocorrência de episódios de tensão entre os dois países.

Atuação libanesa no CSNU

O Líbano foi membro eletivo do Conselho de Segurança no biênio 2010-2011. Em fevereiro de 2011, a delegação libanesa reapresentou projeto de resolução, que havia sido circulado em dezembro de 2010, condenando a expansão dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados após a guerra de 1967. O texto, que contou com o co-patrocinio brasileiro, recebeu voto favorável de 14 dos 15 membros do CSNU, mas foi vetado pelos EUA.

O Líbano ocupou a presidência do CSNU em setembro de 2011, mês em que a Palestina apresentou seu pedido de admissão como membro das Nações Unidas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa libanesa norteia-se a) pela necessidade de manutenção do equilíbrio entre os agrupamentos religiosos que compõem o espectro político nacional e b) por constrangimentos regionais, que colocam o país na encruzilhada de interesses de forças político-militares importantes e antagônicas no Oriente Médio: Síria e Israel.

A atuação exterior de Beirute baseia-se, principalmente, a) no esforço de acomodação, no plano regional, de interesses frequentemente em contradição ao papel hegemônico que a Síria tradicionalmente busca desempenhar; b) na potencial fonte de conflito que representa a presença de mais de 427 mil refugiados palestinos, tanto por ameaçar o delicado equilíbrio confessional, quanto por atrair a indesejada atenção de Israel sobre o país; e c) na resistência oferecida pelo Hezbollah a Israel, que ocupa, ainda, a parte norte da vila de Ghajar e as Fazendas de Sheba'a (estas últimas reclamadas pelo Líbano).

O papel hegemônico da Síria

As atuais fronteiras do território libanês correspondem a uma estreita faixa litorânea, onde se localizam as principais cidades, e duas cadeias montanhosas, no meio das quais está o Vale do Bekaa.

Após a Primeira Guerra Mundial, um Reino Árabe da Síria foi criado sob o comando de Damasco (1920) e, ainda que tenha durado pouco mais de quatro meses, destacou-se como o primeiro Estado árabe moderno. A ideologia pan-arabista, que deitaria profundas raízes ao longo do século XX, espelha-se, em grande medida, nessa experiência pan-levantina do entreguerras. A constituição dos mandatos francês e britânico pôs fim, entretanto, às aspirações maximalistas de uma Grande Síria.

Sob o mandato francês (1920-1946), os territórios que hoje correspondem a Líbano, Síria e à província turca de Hatay foram divididos em seis unidades administrativas. Três delas foram largamente baseadas em divisões confessionais: Estado do Grande Líbano, majoritariamente cristão; Estado Alauíta e Estado Jabal Druz, druso. As demais (Estado de Aleppo, Estado de Damasco e “sanjak” de Alexandretta) eram religiosamente mais fragmentadas: embora habitadas majoritariamente por sunitas, incluíam importantes comunidades cristãs e judaicas, além de minorias curdas, armênias e assírias.

A formação territorial libanesa ocorreu, portanto, em paralelo ao estabelecimento de um Estado sírio que, em sua gestação durante o mandato francês, absorveu as demais divisões administrativas, sob a hegemonia de Damasco. Apenas o “Grande Líbano”, transformado em República Libanesa em 1943, logrou manter sua integridade territorial após a retirada das tropas francesas três anos depois, forjando sua identidade nacional separadamente à do vizinho sírio. No entanto, Damasco sempre considerou os Estados levantinos territórios perdidos em razão da ingerência internacional. Tal percepção aprofundar-se-ia com a assunção do regime ba'athista em Damasco (1963), de cunho pan-árabe.

Em 1976, um ano após a deflagração da guerra civil libanesa, tropas sírias intervieram no Líbano, alegadamente para restabelecer a paz no país. Os Acordos de Taef (1989), que permitiram o fim do confronto, conferiram à Síria o papel de garantidora da estabilidade libanesa. O regime sírio, que manteria suas tropas em território libanês por mais quinze anos, chegava ao auge de sua ingerência sobre o Líbano.

Em 2005, a alegada participação de Damasco no assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafiq Hariri, um dos principais responsáveis pela reconstrução de Beirute e opôtor da presença síria no país, deflagrou a “Revolução do Cedro”. Intensas manifestações populares clamavam pela retirada das tropas sírias, já estipulada pela Resolução 1559 (2004) do

CSNU. A pressão internacional e o clamor popular levaram Damasco a retirar seus militares do país vizinho.

A saída das tropas não encerrou, contudo, a influência de Damasco sobre a política libanesa. Os integrantes da coalizão “8 de março”, composta, principalmente, pelos grupos xiitas Hezbollah e Amal, atualmente no poder, opunham-se à saída do Exército sírio e são tradicionais defensores do alinhamento entre os dois países.

Cabe destacar que Líbano e Síria estabeleceram relações diplomáticas apenas em 2008, com troca de Embaixadores no ano seguinte.

Posição libanesa em relação à crise síria

Com a eclosão da crise no país vizinho, o risco de a deterioração do quadro político resultar em catástrofe humanitária com perseguições sectárias tem levado todos os grupos libaneses a se posicionarem de forma cautelosa, quando não abertamente favorável à manutenção do regime ba'athista em Damasco.

A presença do Líbano no Conselho de Segurança no biênio 2010-11 coincidiu com a eclosão da “Primavera Árabe”. Sua atuação no tratamento da questão síria tem-se caracterizado por posições moderadas, que, ao mesmo tempo, reconhecem a gravidade da crise no país e traduzem o receio de que um ativismo internacional desmesurado leve ao transbordamento da instabilidade até o Líbano. Seu posicionamento tem-se aproximado ao dos países BRICS no tratamento da crise política de Damasco.

Em 4 de outubro de 2011, sessão do CSNU considerou projeto de resolução de autoria européia sobre a Síria (Líbano e Brasil se abstiveram, China e Rússia votaram contra). Nas votações da Liga dos Estados Árabes (LEA) sobre a crise síria, o Líbano tem votado contra medidas críticas ao Governo de Bashar El-Assad ou se absteve.

O influxo de refugiados sírios preocupa particularmente o Líbano, dadas suas potenciais repercussões políticas e econômicas. Calcula-se em cerca de 20 mil o número de sírios que pediram refúgio no Líbano, distribuídos principalmente no norte do país e no Vale do Bekaa. Os refugiados podem contribuir para desestabilizar o quadro político libanês, e já houve atritos na fronteira. Ademais, representam um ônus considerável para o Governo do Líbano.

A questão palestina e a ocupação israelense

A criação do Estado de Israel, em 1948, teve reflexos diretos na sociedade libanesa, em razão do intenso fluxo de refugiados palestinos que ocorreu ao Líbano, intensificado em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, e

em 1970, na esteira do “Setembro Negro”, na Jordânia. Uma das principais preocupações das autoridades libanesas é de que a solução do conflito israelo-palestino seja realizada “às custas do Líbano”, ao se contemplar, eventualmente, a alocação definitiva dos refugiados em território libanês, o que ameaçaria o delicado equilíbrio confessional no país.

A utilização do território libanês por milícias palestinas como base de ataques contra o norte de Israel deu azo à invasão israelense em 1982. A ocupação logrou expulsar a OLP, então sediada em Beirute, e travou combates contra forças sírias estacionadas no país. Na ocasião, teve lugar o massacre de Sabra e Shatila, campos de refugiados palestinos invadidos por milícias cristãs, enquanto estavam cercados por Israel. Tropas israelenses permaneceram estacionadas no sul do Líbano (do rio Litani até a fronteira entre os dois países, onde estabeleceu “zona de segurança”), até 2000. A ocupação fomentou o surgimento de grupos paramilitares de resistência ao longo dos anos 1980, inclusive o Hezbollah, principal agremiação política da atualidade.

O Partido de Deus foi o único grupo paramilitar não palestino abertamente autorizado a reter suas armas após os Acordos de Taef, sob o argumento de opor resistência à ocupação israelense. A vertente militar do Hezbollah é considerada uma das principais preocupações de Israel.

Em julho de 2006, após a intensificação do lançamento de mísseis pelo Hezbollah contra cidades do norte de Israel e na sequência de ataque lançado contra comboio israelense, Tel Aviv lançou ofensiva militar contra o Líbano, causando milhares de mortes e a destruição da infraestrutura de cidades na região meridional do país. O conflito foi encerrado com a adoção da Resolução 1701 (2006) do CSNU, que ampliou a ação da UNIFIL no sul do Líbano.

Mesmo após o anúncio da retirada total de suas tropas do Líbano (2000), Israel segue ocupando as Fazendas de Sheba’a, território internacionalmente atribuído à Síria, mas que, em razão da falta de delimitação da fronteira sírio-libanesa, pode ser eventualmente considerado libanês. A manutenção de sua presença também na parte norte do vilarejo de Ghajar constitui violação à Resolução 1701 (2006), por envolver a ocupação de área do lado libanês da “Linha Azul”. Cabe notar que os habitantes do vilarejo são muçulmanos alaúitas e preferiam permanecer israelenses ou, alternativamente, tornar-se sírios.

Em 2007, novo conflito envolvendo refugiados palestinos eclodiu no Líbano. A atuação do grupo “Fatah Al-Islam” no campo de Nahr El-Bared levou à intervenção do Exército libanês, que não pôde manter o compromisso de não ingressar nos campos de refugiados.

O protagonismo iraniano

Teerã admite apenas prestar “apoio político e espiritual” ao Hezbollah. O Irã estaria envolvido na retomada das obras assistenciais do Hezbollah no Líbano, financiando, especialmente, a reconstrução de escolas, mesquitas e hospitais mantidos pelo Partido no sul do país. Há suspeitas, no entanto, de que o Irã se utilizaria de conexão síria para enviar armamento e transportar consultores militares para o Sul do Líbano. Cogita-se que tal apoio constituiria elemento fundamental da política iraniana em relação ao Líbano.

O alegado apoio prestado por Teerã constituiria um dos principais fatores para contribuir com o fortalecimento bélico, financeiro e político do Partido de Deus no Líbano. A oposição que o Hezbollah faz a Israel e, indiretamente, à Arábia Saudita, coincide com os interesses regionais iranianos:

O contraponto saudita

Nas últimas duas décadas — especialmente desde os Acordos de Taef —, a Arábia Saudita tem participado ativamente das tentativas de estabilização política do Líbano. Essa atuação responde, em linhas gerais, ao interesse saudita de elevar seu protagonismo regional, do qual também é exemplo a “Iniciativa Árabe de Paz” para o conflito israelo-palestino, e de ampliar a influência sunita no Oriente Médio, em detrimento do protagonismo iraniano.

Riade empenhou-se ativamente na busca de uma solução para a guerra civil no Líbano e patrocinou o Acordo de Taef, tornando-se, assim, subscritora do papel da Síria na garantia da segurança libanesa. Em 2005, o assassinato de Rafiq Hariri — com quem a Arábia Saudita mantinha fortes laços econômicos, financeiros e políticos — abalou, de início, a influência saudita sobre o Líbano. Em um segundo momento o episódio determinou a retirada das tropas sírias do país, constituindo uma janela de oportunidade para que o Governo saudita recuperasse seu prestígio em Beirute.

Em julho de 2006, a Arábia Saudita foi o único país árabe a criticar publicamente a ação do Hezbollah contra Israel, ao passo que a Síria declarou apoio aos ataques realizados pelo grupo. Encerradas as confrontações militares, Riade destinou US\$ 500 milhões para a reconstrução do Líbano e US\$ 1 bilhão ao Banco Central libanês para apoiar a economia da nação.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1920 – Conferência de San Remo confere à França mandato sobre a Síria e o Líbano.
1926 – Promulgada a Constituição libanesa.
1936 – Assinado o Tratado de Independência do Líbano.
1943 – Parlamento libanês estipula o fim do mandato francês e firma o Pacto Nacional, acordo de divisão de poder entre cristãos e muçulmanos.
1948 – Líbano participa da coalizão árabe na Guerra de Independência de Israel.
1949 – Assinado armistício com Israel.
1958 – Conflito armado interno e intervenção americana.
1968 – Comandos palestinos entram no Líbano; Israel ataca o aeroporto de Beirute.
1969 – Forças de segurança abrem fogo contra manifestantes favoráveis à OLP.
1969 – Assinado o Acordo do Cairo entre o Governo libanês e a OLP.
1970 – Refugiados palestinos migram para o país, após o Setembro Negro na Jordânia.
1973 – Eclodem conflitos entre o Exército libanês e fedayin palestinos.
1975– Hafez Assad visita o Líbano e oferece apoio sírio em caso de agressão israelense.
1975 – Tem início a Guerra Civil Libanesa.
1976 – Tropas sírias entram no Líbano.
1977 – Líder druso Kamal Jumblatt é assassinado.
1978 – Israel invade o sul do Líbano e estabelece “zona tampão” na região.
1978 – Criada a UNIFIL, Força Interina das Nações Unidas para o Líbano; seu mandato seria modificado em 1982, 1990 e 2006.
1982 – Tropas israelenses chegam à periferia de Beirute.
1982 – Assassinado o Presidente eleito, Bashir Gemayel.
1982 – Massacres de Sabra e Shatila.
1990 – Acordo de Taef e fim da Guerra Civil – Reestruturação do sistema de divisão de poder no Líbano, em substituição ao Pacto Nacional de 1943.
1990 – Liga Árabe legitima presença militar síria no Líbano.
2000 – Israel retira suas tropas do sul do Líbano.
2004 – Aprovada a Resolução 1554 do CSNU, pedindo a retirada de todas

as forças estrangeiras do Líbano.
2005 – Assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafik Hariri.
2005 – Revolução dos Cedros e retirada de tropas sírias do Líbano.
2005 – Primeiras eleições legislativas pós-Guerra Civil sem ocupação estrangeira – Eleição do atual Premiê Rafik Hariri.
2006 – Após o sequestro de dois soldados israelenses pelo Hezbollah, ataque israelense ao Líbano que durou 34 dias e em que morreram cerca de 1200 libaneses.
2006 – Resolução 1701 do CSNU põe fim ao conflito e o exército libanês, pela primeira vez em décadas, estaciona suas tropas em todo o país.
2007 – Conflito entre as Forças Armadas Libanesas e o grupo palestino extremista Fatah al-Islam, no campo de refugiados Nahr al-Bared.
2007 – Fim do mandato do presidente Emile Lahoud e impasse na escolha de seu sucessor, que gera meses de crise política.
2008 – Eleição do General Michael Sleiman em maio e formação de Governo de União Nacional em Junho, possibilitada pelos Acordos de Doha.
2009 – Eleições legislativas dão nova vitória ao grupo liderado por Saad Hariri.
2009 – Toma posse Governo de União Nacional.
2011 – Queda do Gabinete de Saad Hariri
2011 – Formação do Gabinete de Najib Mikati

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876 – Visita de D. Pedro II ao atual Líbano, então parte do Império Otomano;
1880 (c.) – Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos;
1930 – Abertura do Consulado do Brasil em Beirute;
1937 – O Consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral;
1945 – Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano;
1946 – O Consulado-Geral do Brasil passa a Legação;
1954 – Visita oficial do Presidente da República Libanesa , Sr. Camille Chamoun, ao Brasil;
1954 – Abertura de Embaixada libanesa no Rio de Janeiro;
1954 – Abertura de Embaixada brasileira em Beirute;
1961 – Transferência da Embaixada libanesa para Brasília;
1961 – Abertura do Consulado Honorário em Tripoli, desativado em 1991 e reativado em 1994;

1975 – Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, dessa feita com grande participação de muçulmanos;
1995 – Visita oficial do então Primeiro Ministro libanês ao Brasil, Sr. Rafik Hariri;
1996 – Visita ao Brasil do então Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Sr. Nabih Berry;
1997 – Visita oficial do então Presidente da República libanesa, Sr. Elias Hraoui, ao Brasil;
1997 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luis Felipe Lampreia, ao Líbano;
2003 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano;
2003 – Visita oficial do então Primeiro Ministro libanês, de Rafik Hariri, ao Brasil;
2005 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano;
2005 – Visita oficial do Primeiro Ministro libanês, Najib Migati, ao Brasil;
2006 – Abertura do Consulado-Geral do Brasil em Beirute;
2006 – Visita do então Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad;
2006 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbolah;
2009 – Visita do Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, com Deputados Federais Jorge Tadeu Mudalem e Jorge Maluly Filho;
2009 – Visita do Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto;
2009 – Visita do então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro César Asfor Rocha;
2009 – Visita do então Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa;
2010 – Visita de Estado do Presidente da República Libanesa, General Michel Sleiman;
2011 – Viagem do Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao Líbano.
2011 – Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012 – Visita do Ministro da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano

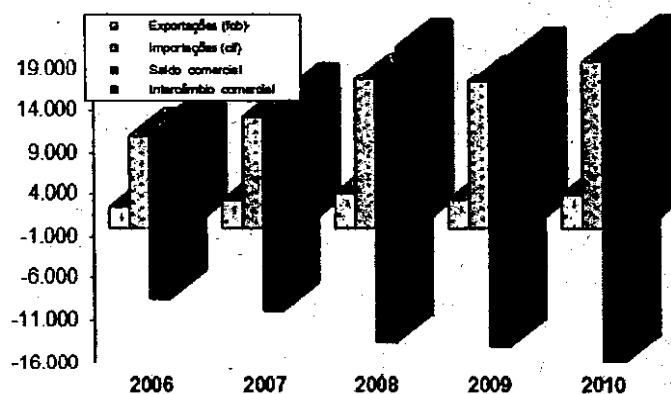
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	12/5/1954	16/1/1957	D.O.U. de 21/3/1957
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.	4/2/1997	3/11/2002	D.O.U. 226, de 22/11/2002
Acordo sobre Serviços Aéreos.	4/2/1997	3/3/1998	D.O.U. 77, de 24/4/1998
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate as Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins.	4/12/2003	31/3/2008	D.O.U. 51, de 14/3/2008
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	4/12/2003	16/05/2006	D.O.U. 173, de 06/07/2006
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	4/12/2003	02/04/2006	D.O.U. 66, de 04/04/2006
Acordo sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	4/10/2002	Decreto Legislativo 48/2006. Aguarda nota libanesa.	
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	4/10/2002	1/11/2011	Decreto Legislativo 266/2008. Notificação pelo Líbano em 12/09/2011. Aguarda promulgação.
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal	4/10/2002	Decreto Legislativo 50/2006. Aguarda nota libanesa.	
Tratado de Extradicação entre o Brasil e o Líbano	4/10/2002	Decreto Legislativo 348/2008. Aguarda nota libanesa.	

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

LIBANO: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-set)
Exportações (fob)	2.487	3.266	4.029	3.313	3.947	3.468
Importações (cif)	10.930	13.110	17.485	17.244	19.777	16.353
Saldo comercial	-8.443	-9.844	-13.456	-13.931	-15.830	-12.885
Intercâmbio comercial	13.417	16.376	21.514	20.557	23.724	19.821

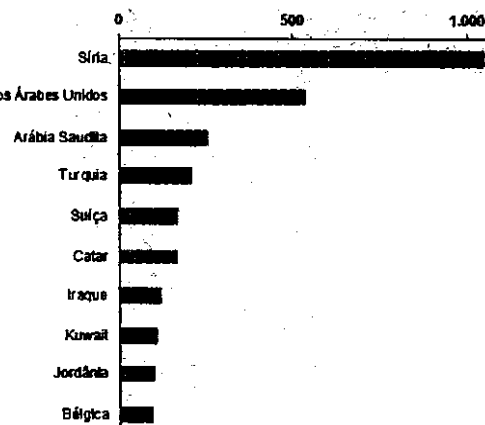


O comércio exterior do Líbano apresentou, em 2010, variação de 77% em relação a 2006, passando de US\$ 13 bilhões para US\$ 24 bilhões. No ranking do FMI o Líbano figurou como o 81º mercado mundial, sendo o 75º principal exportador e o 110º importador.

LÍBANO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-set)	% no total
Síria	1.068	27,1%	870	25,1%
Emirados Árabes Unidos	537	13,6%	463	13,4%
Arábia Saudita	255	6,5%	216	6,2%
Turquia	208	5,3%	206	5,9%
Suíça	167	4,2%	157	4,5%
Catar	165	4,2%	142	4,1%
Iraque	119	3,0%	102	2,9%
Kuwait	109	2,8%	93	2,7%
Jordânia	98	2,5%	68	2,0%
Bélgica	93	2,4%	104	3,0%
...				
Brasil	2	0,04%	1	0,0%
Subtotal	2.821	71,5%	2.422	69,8%
Outros países	1.126	28,5%	1.046	30,2%
Total	3.947	100,0%	3.468	100,0%

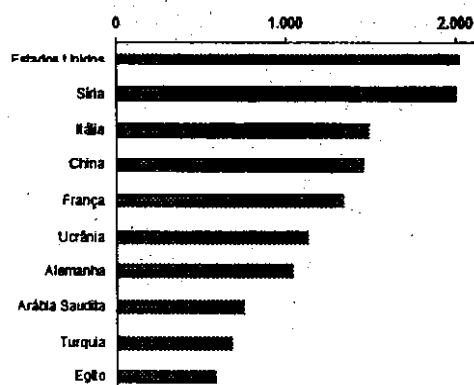


As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos da região: Síria, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Turquia. Esses países, somados, absorveram 52% da oferta libanesa em 2010. O Brasil obteve o 72º lugar entre os mercados de destino de 2010, participando com 0,04% do total.

LÍBANO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	2.024	10,2%	1.495	9,1%
Síria	2.008	10,2%	1.774	10,8%
Itália	1.491	7,5%	1.397	8,5%
China	1.458	7,4%	1.186	7,3%
França	1.345	6,8%	1.315	8,0%
Ucrânia	1.137	5,7%	924	5,7%
Alemanha	1.046	5,3%	765	4,7%
Arábia Saudita	751	3,8%	705	4,3%
Turquia	680	3,4%	556	3,4%
Egito	582	2,9%	488	3,0%
...				
Brasil	268	1,4%	249	1,5%
Subtotal	12.789	64,7%	10.855	66,4%
Outros países	6.988	35,3%	5.498	33,6%
Total	19.777	100,0%	16.353	100,0%

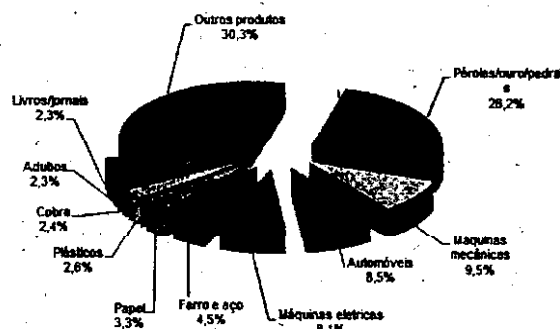


Percentual representativo das compras do país é originário dos vizinhos, mas Estados Unidos, Itália, China, França e Alemanha são também importantes compradores. Em 2010 os principais compradores dos produtos do Líbano foram: Estados Unidos (10%); Síria (10%); Itália (8%); China (7%); e França (7%). O Brasil posicionou no 18º lugar, com 1,4% da demanda libanesa.

LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Pérolas/ouro/pedras	26,2%
Máquinas mecânicas	9,5%
Automóveis	8,5%
Máquinas elétricas	8,1%
Ferro e aço	4,5%
Papel	3,3%
Plásticos	2,6%
Cobre	2,4%
Adubos	2,3%
Livros/jornais	2,3%
Subtotal	69,7%
Outros produtos	30,3%
Total	100,0%

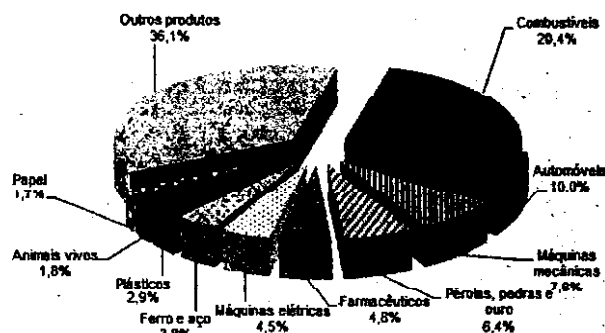


Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: pérolas/ouro/pedras (29%); máquinas mecânicas (10%); automóveis (9%); máquinas elétricas (8%); ferro e aço (5%). Esses itens em conjunto somaram 57% da pauta em 2010.

LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	20,4%
Automóveis	10,0%
Máquinas mecânicas	7,6%
Pérolas, pedras e ouro	6,4%
Farmacêuticos	4,8%
Máquinas elétricas	4,5%
Ferro e aço	3,8%
Plásticos	2,9%
Animais vivos	1,8%
Papel	1,7%
Subtotal	63,9%
Outros produtos	36,1%
Total	100,0%

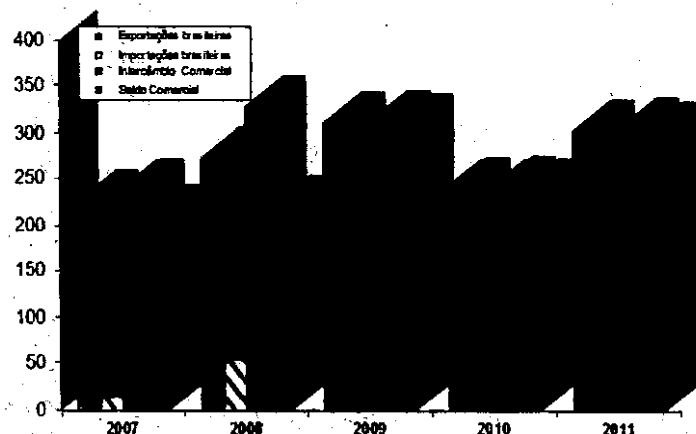


Os principais produtos importados por Líbano em 2010 foram: combustíveis (20%); automóveis (10%); máquinas mecânicas (8%); pérolas/ouro/pedras (6%) e farmacêuticos (5%).

BRASIL-LÍBANO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan)	2012 (jan)
Exportações brasileiras	226	274	311	243	303	21	23
Variação em relação ao ano anterior	26,6%	21,2%	13,4%	-21,7%	24,6%	23,8%	9,6%
Importações brasileiras	15	54	1	2	2	0,1	0,1
Variação em relação ao ano anterior	120,9%	261,5%	-97,4%	14,3%	26,1%	-93,1%	-0,9%
Intercâmbio Comercial	241	327	312	245	305	21	23
Variação em relação ao ano anterior	30,0%	35,9%	-4,7%	-21,5%	24,6%	13,6%	9,6%
Saldo Comercial	211	220	309	242	301	21	23

Libano foi o 81º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 27%, passando de US\$ 241 milhões, para US\$ 305 milhões, sendo 34% nas exportações. Nas importações houve um declínio de 86%. A participação do Líbano no comércio exterior brasileiro foi de 0,06% em 2011.

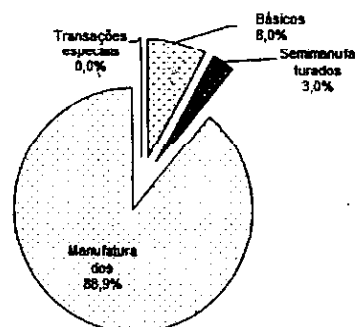
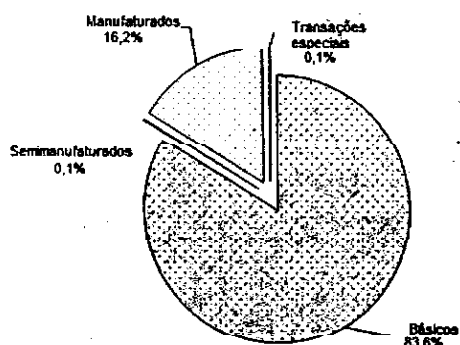


BRASIL-LÍBANO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	253,4	83,6%	0,16	8,0%
Semimanufaturados	0,4	0,1%	0,06	3,0%
Manufaturados	49,1	16,2%	1,79	88,9%
Transações especiais	0,3	0,1%	0,00	0,0%
Total	303,2	100,0%	2,02	100,0%

Elaborado pelo MIDEPR/D-2 com base nos dados da OMC e do Banco Mundial em 2012

As exportações brasileiras para o Líbano são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 84% das vendas em 2011, com destaque para carnes e animais vivos. Em seguida estão os bens manufaturados, com 16%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 89% do total em 2011.



BRASIL-LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Líbano, 2011
			Valor	iv. no total	
Carnes	118	116	108	35,7%	
Animais vivos	75	21	72	23,7%	
Café/chá	38	52	61	20,1%	
Açúcar	9	3	14	4,7%	
Frutas	9	11	6	2,0%	
Outs prod origem animal	2	1	6	1,9%	
Máquinas mecânicas	1	2	4	1,3%	
Calçados	2	3	4	1,4%	
Preps aliment. diversas	3	3	4	1,2%	
Preps carne	5	4	3	1,1%	
Subtotal	261	216	283	93,2%	
Outros produtos	50	27	21	6,8%	
Total	311	243	303	100,0%	

Carne bovina, animais e café/chá são os principais itens brasileiros exportados para o Líbano, juntos somaram 80% da pauta. Em seguida destacaram-se: açúcar (5%); frutas (2%); outros produtos animal.

BRASIL-LIBANO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias do Líbano, 2011
			Valor	no total	
Preps horticolas/frutas	0,2	0,4	0,7	32,7%	4,2
Plásticos	0,6	0,5	0,4	19,8%	3,4
Máquinas mecânicas	0,1	0,1	0,2	10,7%	1,4
Bebidas	0,0	0,2	0,1	7,0%	1,0
Preps alimentícias	0,1	0,1	0,1	3,3%	0,8
Outros artefatos têxteis	0,0	0,0	0,1	3,2%	0,4
Frutas	0,0	0,1	0,1	2,8%	0,3
Gorduras	0,0	0,1	0,0	2,3%	0,2
Subtotal	1,0	1,3	1,7	81,8%	
Outros produtos	0,4	0,3	0,4	18,2%	
Total	1,4	1,6	2,0	100,0%	

As importações brasileiras originárias do Líbano apresentaram alto grau de concentração nas preparações de produtos horticolas e frutas, plásticos e máquinas mecânicas somaram 54% da pauta. Na sequência estão bebidas (7%); preparações alimentícias (3%); outros artefatos têxteis (3%); frutas (3%) e gorduras (2%).

BRASIL-LIBANO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan)	2012 (jan)		Exportações brasileiras para LIBANO em 2012 (jan)
		Valor	no total	
Exportações				
Carnes	5,5	5,8	25,4%	5,8
Café/Chá	5,2	5,7	25,0%	5,7
Açúcar	0,1	5,0	21,9%	5,0
Máquinas mecânicas	0,1	2,8	12,3%	2,8
Calçados	0,8	0,7	3,1%	0,7
Frutas	0,7	0,6	2,8%	0,6
Outs prod origem animal	0,2	0,6	2,7%	0,6
Fumo	0,0	0,3	1,3%	0,3
Máquinas elétricos	0,0	0,3	1,2%	0,3
Plásticos	0,1	0,2	0,9%	0,2
Subtotal	13	22	96,7%	
Outros produtos	8	1	3,3%	
Total	21	23	100,0%	
Importações				
Preps produtos horticolas	0,0	0,1	54,1%	0,1
Bebidas	0,1	0,0	24,8%	0,0
Outros artef. têxteis	0,0	0,0	17,4%	0,0
Subtotal	0,2	0,1	96,3%	
Outros produtos	0,0	0,0	3,7%	
Total	0,1	0,1	100,0%	

Aviso nº 71⁴ - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

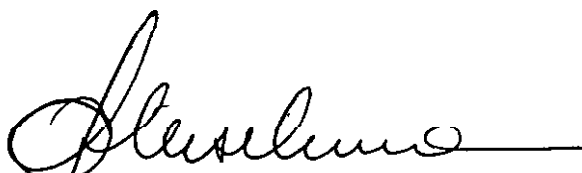
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.